

## OS ESCRAVOS NA ANTIGUIDADE

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005. 102 p.

Rafael da Costa Campos\*  
rafaelhistoria1984@hotmail.com

O trabalho de Fábio Duarte Joly pode ser inserido em um importante movimento de difusão dos estudos sobre a Antiguidade Clássica que vem crescendo nos últimos anos dentro da historiografia brasileira. É uma boa prova de que a realização das pesquisas nessa área encontram atualmente cada vez mais ressonância e respaldo em nossas instituições acadêmicas.

Esse livro pretende fornecer as linhas gerais do desenvolvimento dos estudos sobre a escravidão greco-romana, com as principais implicações para o estado atual das pesquisas nessa área, e também apresentar uma proposta de abordagem sobre o assunto que evidencie as relações político-econômicas em Roma com as visões contemporâneas sobre escravidão.

Além de remontar a escravidão no mundo greco-romano como uma forma de exploração observada através de um viés econômico e político, o autor evidencia que a escravidão na Antiguidade romana era vista também como uma instituição social e política na medida em que a relação senhor-escravo tinha conseqüências para a organização sociopolítica da cidade, e que no plano cultural a relação entre ambos era utilizada conceitualmente para pensar outras formas de exploração e subordinação.

É importante pensar na relevância dos estudos sobre a escravidão na Antiguidade, pois em primeiro lugar a sociedade colonial e imperial brasileira foi escravista, e em segundo a escravidão foi uma constante na história do Ocidente. Isso nos leva a pensar que, mesmo enfocando uma sociedade aparentemente tão distante do mundo contemporâneo, esse estudo proporciona uma reflexão sobre as modalidades de exploração do trabalho vigentes ao longo dos séculos e suas conseqüências econômicas, políticas e culturais.

---

\* Mestrando em História na Universidade Federal de Goiás.

Um dos pontos principais no livro de Joly é a proposta de ampliação do conceito de sociedade escravista, numa tentativa de compreensão desta como uma instituição multifacetada, com uma combinação dos elementos de ordem econômica, estatal e social na delimitação das relações entre senhores, escravos e libertos. Afinal, isto vai além da tão comum abordagem da relação de dependência negativa e instrumental entre o senhor e o escravo, pensada, acima de tudo, pela perspectiva da escravidão como uma modalidade econômica.

Devemos pensar que a população servil interagiu com outros grupos sociais e buscava afirmar seus interesses dentro dos limites possíveis, previamente determinados pelas estruturas jurídicas e econômicas. Mais do que *Res*, a própria possibilidade de o escravo vir a tornar-se um liberto pressupunha de antemão uma relação que ia além das obrigações legais; o *obsequium* constituía um exemplo de que o vínculo escravista não se rompia definitivamente com a sua manumissão, e que muitos libertos continuavam trabalhando com seus patronos, além de não poderem instaurar um processo jurídico contra eles. O liberto podia casar e ter filhos legítimos, fazer contratos, possuir e transmitir bens por testamento, e um escravo podia possuir seus escravos (*uicarii*). Tal interação empreendida pelos elementos servis não podia deixar de interferir no comportamento dos homens livres, patronos ou libertos, e de moldar suas visões de mundo e suas personalidades.

A despeito das dificuldades empíricas que tornam complicada a tarefa de mensurar a significação da escravidão como processo na Antiguidade romana, uma alternativa que Joly propõe é a exploração de um campo ainda pouco abordado pela historiografia, com uma característica peculiar da sociedade escravista romana. A observação do plano da cultura mostra-se como uma alternativa que possibilita o enriquecimento da compreensão sobre a participação dos escravos e o significado que a existência deles possuía para os romanos. Mais do que manifestações artísticas ou intelectuais de uma sociedade, pensar cultura aqui pode ser observar um conjunto de significações envolvidas em todas as formas da atividade social.

A escravidão na sociedade romana era utilizada como um parâmetro para representar relações de poder nas esferas política e doméstica: a relação senhor-escravo era utilizada para pensar as relações sociais entre livres, entre imperador e aristocracia, entre homens e mulheres, entre pais e filhos, por exemplo. A escravidão atingia, de forma majoritária, a ideologia dos grupos sociais na Roma antiga, pois estes interagiam cotidianamente com escravos e libertos. Era discutida, sobretudo em sua aplicação metafórica,

nos campos da ética e da política, e quando se abordavam diretamente as relações escravistas, o discurso tinha por objeto mais a posição sociopolítica da camada senhorial do que propriamente os escravos e libertos.

A visão da escravidão como metáfora debatida pelo autor pode ser encontrada também em seu outro trabalho, *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana* (2004). A partir dessa visão, Joly relaciona a perspectiva da escravidão como uma instituição multifacetada e processual ao trabalho com as fontes referentes à sociedade romana das quais ele extrai as aplicações metafóricas dessa discussão. Se falamos da camada senhorial, referimo-nos à aristocracia, um grupo que possui fundamentalmente tensões internas motivadas por disputas de prestígio e poder, que mostram a tentativa constante de legitimar todo o processo de expansão do poderio militar e político romano, encabeçado pela *nobilitas*. Esse intento pode ser verificado, na medida do possível, em vários momentos da história da civilização romana.

Da República ao Império, a escravidão na Roma antiga nunca deixou de ser pensada como uma instituição política. Em razão do processo histórico de expansão na República, a escravidão não tratava apenas da consideração das massas de escravos empregadas na cultura e provenientes das conquistas militares, mas também da concepção de poder de Roma sobre o império que se formava. Essas relações oscilavam entre violência e cooptação e serviram, sobretudo, para a *nobilitas* se inserir num contexto reflexivo e intelectual mais amplo.

No Principado, essa reflexão pendeu principalmente para a interação entre Imperador e aristocracia. O Senado continuava a exercer suas funções administrativas e continuava tendo sua representatividade política, mas nesse período passa a se levar em conta principalmente a posição do *Princeps*. Dentro desse contexto, o autor dialoga com Cícero, Tácito, Salústio, Epiteto, Columela e Sêneca, sempre procurando observar o caráter metafórico com o qual a escravidão se insere na literatura latina.

Ferramenta conceitual para se pensar a sociedade, a metáfora da escravidão aparece em Sêneca através da oposição liberdade/escravidão, quando este se remete às oposições entre alma e corpo e entre morte e vida. Partindo do estoicismo, filosofia da qual declarava-se seguidor, Sêneca preocupava-se principalmente com a escravidão moral proveniente das paixões e emoções, e com sua relação de liberdade com a natureza. Ele se utiliza do comportamento dos escravos na maior parte de suas referências para evidenciar os exemplos que estes oferecem para ilustrar tal conceito de liberdade. No entanto, essas referências visavam muito mais uma

discussão sobre a natureza do poder, e não a uma alteração da situação dos escravos.

Em Epiteto, percebemos uma estratégia semelhante, quando este ironiza os *amici Caesaris* em suas relações de dependência do beneplácito imperial, asseguradas pelos diferentes graus de amizade entre os cidadãos e o Príncipe, em que perdura o medo constante de desagradar o monarca e ser vítima de seu dissabor. Relaciona essa condição com o fato de o processo de emancipação do escravo não conferir de fato uma independência das coisas externas, pois este, a partir do momento em que se torna livre, passa a depender da necessidade da sobrevivência por si próprio; e, mesmo que tenha uma ascensão social, sempre estará submetido a relações de dependência que tolhem sua liberdade (p. 83).

Em Salústio e Tácito, a escravidão é revestida de uma envergadura que possibilita a sua associação com uma compreensão histórica, estando ligada a eventos políticos como guerras, nos casos em que a relação senhor-escravo era objeto de debate pela elite, ou quando se tratava de rebeliões servis. Em sua reflexão sobre a conspiração de Catilina, ligada também à de Cícero, Salústio afirma que a escravidão é o lote daqueles que não têm a capacidade de governar a si e aos outros pela ausência de razão. Logo, apenas os livres são sábios, enquanto os insensatos são escravos (p. 86). O termo *seruitium* refere-se não apenas a um mundo servil, mas também estabelece uma referência a uma finalidade ético-política, ao se criticar o grupo que participa da conspiração.

Tomado como modelo por Tácito, Joly considera que a metáfora da escravidão é utilizada por este último para representar a relação entre a aristocracia e o Imperador, bem como para explicar a institucionalização do Principado e o fim da República. Dessa forma, os conceitos de *Libertas* e *seruitus*, na obra analisada, aparecem freqüentemente juntos e definem condutas individuais e coletivas perante o poder imperial, bem como paralelos aos conceitos de *principatus* e *dominatio*, que mostram por semelhante oposição uma degenerescência do Principado. Dessa forma, o governo imperial mostra ambigüidades através da elaboração de um conceito de liberdade política e individual, que não descarta a existência de vínculos hierárquicos verticais que asseguram a ordem social e política. Essa ambigüidade, para Tácito, se mostra pela forma em que são contrapostos os conceitos de *libertas* e *seruitus* dentro da centralização do poder, e junto a isso da manutenção da representatividade política das instituições, como o Senado, por exemplo.

Longe de serem esses os únicos exemplos sobre o emprego da metáfora como recurso para a compreensão da escravidão como um processo que caracteriza uma instituição multifacetada, o que é primordial no trabalho de Fábio Duarte Joly é a caracterização da escravidão na Roma antiga como uma instituição de ampla influência nas esferas diversas da vida social, seja na economia, na política e na cultura.

O escravo é mostrado pela ideologia apresentada na literatura latina como um indivíduo excluído da comunidade cidadã. No entanto, ele era muito mais do que um instrumento do meio de produção, pois sua trajetória era ligada à posição sociopolítica de seu senhor, e não se desligava facilmente dele mesmo quando o primeiro obtinha a manumissão e era inserido no corpo dos cidadãos. E dentro desse aspecto fica nítido que o escravo e o liberto tinham interesses e lutavam por eles na medida de suas possibilidades e, dessa forma, exerciam influência também nos membros da camada senhorial.

No campo das representações culturais, o termo “escravidão” era revestido de significados negativos que visavam principalmente a uma crítica da racionalidade servil, à adoção por membros da camada senhorial de características típicas de um escravo. Estabelecia-se, assim, uma relação dialética de mútua determinação entre escravidão e liberdade. A escravidão era um prisma por meio do qual era possível, através do uso da metáfora, a construção de críticas direcionadas aos próprios membros da aristocracia.